

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**LUANA DOS SANTOS BUENO**

**SERVIÇO SOCIAL E MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA EM PONTAL DO PARANÁ:  
DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

**MATINHOS**

**2017**

**LUANA DOS SANTOS BUENO**



**SERVIÇO SOCIAL E MEDIDA-SOCIOEDUCATIVA:**

**DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms<sup>a</sup>. Mirian Cristina Lopes

**MATINHOS**

**2017**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

LUANA DOS SANTOS BUENO

SERVIÇO SOCIAL E MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da  
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito a obtenção de título de  
Bacharel em Serviço Social, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Ms<sup>a</sup>. Mirian Cristina Lopes  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giselle Ávila Leal de Meirelles  
(Integrante da banca)

---

Prof. Dr. Marcelo Chemin  
(Integrante da banca)

Matinhos

2017

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nzambi e aos Nkisi pela dádiva da vida, a Matamba dona do meu Orí que me dá força e amor. Agradeço a Exú e Pombo Gira por correrem gira por mim e por abrirem um caminho só para eu passar. Agradeço meus ancestrais que lutaram incansavelmente para que eu, enquanto mulher negra ocupasse um espaço dentro da universidade e para que hoje eu não precise de permissão para falar e ser de fato ouvida. Agradeço meus pais-drinhos Áurea, Rosana e Sérgio e meus irmãos Arthur, Pamella, Karina e Fábio André. Agradeço aos anjos de guarda que sempre botaram fé em mim, Tia Rita, Nanci, Mãe Ivone e minha Mãe criadeira Luciana. Agradeço a minha melhor amiga Karina e meus amigos Fernando, Tieme e Ana Clara por todo colo, paciência e momentos surreais que pudemos viver. Agradeço ao Rafael por indiretamente me apresentar Matinhos. Agradeço a todos os encontros que o caminho me permitiu viver até aqui e que me fortaleceram nesse árduo processo que é a graduação. Agradeço em especial a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Mirian Cristina Lopes pela paciência, cuidado, sensibilidade durante as crises de ansiedade e por sua imensurável dedicação. Que eu possa sempre merecer tê-los em minha vida. "Só agradece!".

“Eu sei, as ruas não são como a Disneylândia,  
de Guaianases ao extremo sul de Santo Amaro.

Ser um preto tipo "A" custa caro... É foda.

**Foda é assistir a propaganda e ver,  
não dá pra ter aquilo pra você.**

Playboy "forgado" de brinco, um trouxa  
roubado dentro do carro na Avenida Rebouças.

Correntinha das moça, as madame de bolsa,  
dinheiro... não tive pai não sou herdeiro

**Se eu fosse aquele cara que se humilha no sinal  
por menos de um real, minha chance era pouca.**

Mas se eu fosse aquele "muleque" de touca  
que engatilha e enfia o cano dentro da sua boca,  
de quebrada, sem roupa, você e sua mina  
um dois, nem me viu... já sumi na neblina.

Mas não... permaneço vivo, prossigo a mística

Vinte e sete anos contrariando a estatística!

**Eu sou apenas um rapaz latino americano  
apoiado por mais de cinquenta mil manos.**

Efeito colateral que o seu sistema fez,

Racionais capítulo 4 versículo 3."

**Racionais Mc's**

## LISTA DE ABREVIATURAS

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CN – Congresso Nacional

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MSE – Medidas Socio-Educativas

ONU - Organização das Nações Unidas

PEAFI - Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos

PAIF - Proteção e Atenção Integral a Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

SAM - Serviço de Assistência à Menores

SGD – Sistema de Garantia dos Direitos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SS – Serviço Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## RESUMO

Partindo das vivências durante o estágio obrigatório, a aproximação com adolescentes em cumprimento de Medida Socio-Educativa (MSE) de Prestação de Serviço à Comunidade no município de Pontal do Paraná e a percepção de que esses adolescentes são invisibilizados pelo estigma do ato infracional, neste trabalho disserta-se quanto ao Serviço Social no contexto das Medidas Socio-Educativas. O desenvolvimento do trabalho pautou-se principalmente no processo histórico de reconhecimento de crianças e adolescentes dentro da sociedade, o desenvolvimento de políticas públicas de respaldo a este segmento social e a compreensão da atuação profissional do (a) assistente social neste campo de atuação, relacionando esses aspectos ao contexto socioeconômico e político do município de Pontal do Paraná, bem como alguns recortes em nível nacional. Através de embasamento teórico e documental e da análise sobretudo qualitativa de questionários respondidos por assistentes sociais do município de Pontal do Paraná, neste trabalho busca-se compreender os desafios e potencialidades da atuação profissional do (a) assistente social frente as medidas socioeducativas e seu papel na realidade de adolescentes em conflito com a lei, compreensões estas feitas a partir das reflexões e percepções dos próprios profissionais.

**Palavras-chaves:** Adolescentes; Medidas Socio-Educativas; Serviço Social.

## ABSTRACT

Based on the experiences during the mandatory internship, the approach to adolescents in compliance with the Socio-Educational Measure (MSE) of Community Service Provision in the city of Pontal do Paraná and the perception that these adolescents are invisibilized by the stigma of the infraction act, in this social work in the context of Socio-Educational Measures. The development of the work was mainly based on the historical process of recognition of children and adolescents within society, the development of public policies to support this social segment and the understanding of the professional work of the social worker in this field of action, relating these aspects to the socioeconomic and political context of the municipality of Pontal do Paraná, as well as some cuts at the national level. Through a theoretical and documentary background and a qualitative analysis of questionnaires answered by social workers in the city of Pontal do Paraná, this study seeks to understand the challenges and potentialities of the professional work of the social worker in relation to socio-educational measures and their role in the reality of adolescents in conflict with the law, understandings made from the reflections and perceptions of the professionals themselves.

**Keywords:** Adolescents; Educational Measures; Social Service.



## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS .....	10
RESUMO .....	11
ABSTRACT .....	12
SUMÁRIO .....	13
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL: HISTÓRIAS E CONQUISTAS .....	16
2.1. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	20
2.2. CONANDA e SINASE.....	22
3. A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL .....	24
4. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA .....	25
4.1. ATO INFRACIONAL E VULNERABILIDADE SOCIAL .....	28
4.2. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO CONTEXTO DO LITORAL DO PARANÁ ..	31
5. METODOLOGIA.....	33
6. RESULTADOS.....	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
8. REFERÊNCIAS .....	39
9. ANEXOS.....	45
ANEXO 1.....	45

## 1. INTRODUÇÃO

Escrever sobre a adolescência não é algo simples, escrever sobre adolescentes em conflito com a lei tornou-se um desafio, pois, tratar de um tema sem fazer parte desta realidade permanece sendo uma grande inquietação, visto que sobrepor a fala destes sujeitos não é a intenção. A aproximação mais profunda com os adolescentes não foi possível durante o processo de construção desta pesquisa, de todo modo, as vivências no estágio obrigatório foram fundamentais para a mínima compreensão sobre a realidade desses (as) adolescentes.

O estágio obrigatório foi realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social no município de Pontal do Paraná, no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Foi neste período que uma breve aproximação com adolescentes em conflito com a lei e em cumprimento de medidas socioeducativas foi possível, seja através da participação em atendimentos a esses adolescentes no próprio CREAS, conhecendo os espaços para cumprimento de MSE (bibliotecas, escolas e secretarias) ou em visitas domiciliares às famílias desses adolescentes, experiência de profunda imersão nesta realidade, considerando que adentramos o espaço e local de pertencimento dessas famílias. Em meio a tantos novos olhares compartilhados por estes sujeitos, a morte de um adolescente, assassinado por traficantes, antes de concluir o cumprimento da medida, foi o impulso para esta pesquisa. A escuta e a observação durante os atendimentos a adolescentes em cumprimento de MSE foram fundamentais para que várias reflexões pudessem ser feitas absorvendo também através de breves diálogos particularidades desses sujeitos. A convivência com profissionais de outros equipamentos que compunham a rede de diálogo e trabalho dos assistentes sociais do município e que também participavam do desenvolvimento do trabalho socioeducativo no município foram importantes para que diversas impressões e problematizações, até então desconhecidas, pudessem surgir e tornar-se fundamentais para esta pesquisa. Pude observar outras formas de enxergar a realidade dos adolescentes em conflito com a lei, principalmente os atendidos naquele equipamento.

Com a intenção de trazer mais riqueza a este trabalho, visto que como já descrito anteriormente, pouco conheço da realidade destes adolescentes, optar por trazer refle-

xões sobre essa temática através de músicas e utiliza-las nesse processo de construção tornou-se fundamental. Foram escolhidas músicas que expressam realmente esta realidade. Letras compostas principalmente por “rappers” como Criolo, Emicida, Síntese, Racionais Mc’s, Barbará Bivolt, entre outros que cresceram na periferia de diversas cidades do Brasil, que viveram situações de vulnerabilidade e que possuem de alguma forma ligação com o contexto do adolescente em conflito com a lei. Considera-se essas músicas como relatos, o que certamente pode trazer mais verdade a este trabalho. Criolo (2013), com sua lírica instigadora, ecoou durante meses: o opressor é omissos e o sistema é culpim. Se eu não existo, por que cobras de mim?” (CRIOLO, 2013). E foi nesse contexto de crescentes inquietações e aprendizado que surgiu um questionamento mais intenso: Quem são os (as) adolescentes que cumprem MSE em Pontal do Paraná? Fundamental seria que este questionamento pudesse ser respondido com profundidade por esses adolescentes considerando a individualidade de cada um desses sujeitos, porém, a busca por respostas limita-se a impossibilidade de diálogo com os mesmos neste momento e a partir da impressão pessoal de que esses (as) adolescentes são invisíveis ao Estado e a sociedade. A sobreposição da fala desses adolescentes pela fala de profissionais, pesquisadores e tantos outros indivíduos que nunca fizeram parte da realidade desses adolescentes, tão pouco sabem o que é ser um adolescente em conflito com a lei seguiu sendo uma hesitação no desenvolvimento deste trabalho.

Como alternativa, partindo de um resgate histórico da criança e do (a) adolescente, seu recente reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e como se desenvolvem as políticas de atendimento socioeducativo, esta pesquisa direcionou-se no sentido de compreender a partir de quem participa direta ou indiretamente, da realidade do(a) adolescente em conflito com a lei, buscando assim, deixar de alimentar um ciclo de invisibilidade destes sujeitos que a muito vem sendo construído em nossa sociedade. Como sujeito principal desta pesquisa, portanto, foram escolhidos Assistentes Sociais do município de Pontal do Paraná que certamente possuíam condições de tratar mais profundamente sobre uma realidade brevemente experienciada, considerando a rede de trabalho que é organizada para o desenvolvimento do atendimento socioeducativo no município. Refletir também sobre a realidade sócio econômica do Litoral do Paraná foi de extrema importância, pois ela se organiza em torno da sazonalidade e sua lógica interfere diretamente na dinâmica de vida de quem reside no litoral.

O (a) adolescente em conflito com a lei permanece carregando o estigma<sup>1</sup> do ato infracional, muitos deles (as) carregam ainda um sobre peso por fazerem parte de grupos sociais já marginalizados (as) por tantas outras condições. A partir desta compreensão, breves recortes quanto raça, gênero e idade foram fundamentais, assim como o levantamento de dados relacionados a estas perspectivas.

Neste sentido, esta pesquisa busca compreender os desafios e as potencialidades da atuação do assistente social frente às medidas socioeducativas, essa análise será realizada através da aplicação de um questionário, elaborado no sentido de entender a partir do olhar do (a) profissional como ele (ela) percebe a importância de sua atuação profissional junto aos (as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

## 2. CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL: HISTÓRIAS E CONQUISTAS

Historicamente, a infância começa a ser palco de visibilidade no final do século XX, tanto no Brasil. É nesse período que crianças e adolescentes, principalmente em situação de pobreza, passam a ser vistos quanto parcela constituinte de nossa sociedade, mas que necessitavam de auxílio para deixarem de ser um incômodo social e tornarem-se o ideário de futuro da nação. No entanto, para compreender a questão com mais precisão é preciso buscar a história, dado que há elementos analíticos que somente ela é capaz de apontar. (MUUSS,1976).

Através de um resgate histórico, serão reforçados nessa pesquisa momentos e fatos mais relevantes para a construção da história da criança e do adolescente no Brasil. Observa-se, portanto, que durante o Brasil Colônia (1500 - 1822) não se falava em proteção ou responsabilidade em relação às crianças e aos (as) adolescentes por parte do Estado. Entendia-se que esses indivíduos eram de responsabilidade dos pais e os (as) possíveis órfãos e órfãs eram diretamente encaminhados a parentes e/ou ao trabalho escravo. Quem se responsabilizou pelo amparo às crianças em situação de pobreza e/ou abandono, foi a Igreja Católica, através de missionários jesuítas de Instituições como a Companhia de Jesus, fundada na França em 1534 e chegando ao Brasil em 1549 lidera-

---

<sup>1</sup> Característica que marca negativamente um indivíduo, podendo ser considerado um defeito, uma fraqueza ou desvantagem que o submete a todo tipo de preconceito

da por Padre Manuel de Nóbrega, que intencionava amparar e ensinar a doutrina da Igreja (modos de vida), ler, escrever e trabalhar (CHAMBOULEYRON, 2000), inicialmente através da catequização de indígenas e imigrantes e após iniciaram com o trabalho de educação do povo. Em 1726, surge no Brasil a Roda dos Expostos, um sistema composto por um artefato de madeira giratório, fixado a um muro ou janela, que era utilizado para entregar crianças (a maioria ainda bebês) anonimamente, aos cuidados da Igreja, sistema esse adotado inicialmente pela sociedade ocidental nos séculos XVII e XIX (TORRES, 2007). Conhecida como Santas Casas de Misericórdia, essas instituições se responsabilizariam por estas crianças. A Roda dos Expostos, foi também, um instrumento de favorecimento à burguesia por muito tempo, dado que grande parte dos enjeitados (como eram chamadas as crianças abandonadas), eram filhos (as) não assumidos de burgueses, que viam no “abandono” uma maneira de não “manchar sua imagem”. Com o aumento dos abandonos, foi preciso encaminhar alternativas, então as instituições acabavam por encaminhar os “enjeitados” ao trabalho, fosse como aprendizes de algum ofício ou diretamente como empregadas domésticas, no caso das meninas. (MARCÍLIO, 2006).

Nesse período, portanto, a sociedade percebia a criança e o (a) adolescente enquanto objeto, que de certa forma a constituía. A Roda dos Expostos foi um dos sistemas mais utilizados e se institucionalizou a assistência à criança durante um longo período no Brasil. Esse sistema passou a ser questionado, inicialmente pelos médicos higienistas<sup>2</sup>, o que resultou em movimentos a favor da extinção da roda dos expostos. Foi ainda, no contexto do Brasil Império (em 1822), que a criança pobre e/ou abandonada, passou a ser percebida pelo Estado (ainda que de forma contraditória). A Proclamação da República (1888) e a Abolição da Escravidão (1889), resultaram no aumento significativo do número de crianças que passaram a viver pelas cidades em total situação de miséria. Situação que se tornou motivo de incômodo para a classe alta, visto que entendiam que tais crianças traziam consigo a “criminalidade”, roubavam a beleza das cidades e a paz social (RIZZINI, 2005).

Nessa mesma perspectiva, no final do século XIX, foi fundada no Brasil, a Justiça de Menores, enquanto estratégia de encaminhamento da limpeza social exigida pela sociedade, assim como, para a contenção da criminalidade infantil, nunca antes visto na

---

<sup>2</sup> No fim do século XIX e início do XX, surgia uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. (...) Convencionou-se chamá-la “movimento higienista”. Muitos “higienistas” tomavam como referência a ideia que preconizava ser a falta de saúde e educação do povo responsável por nosso atraso em relação à Europa (GÓIS JUNIOR, 2002).

nossa sociedade. Assim os filhos (as) de pobres, que estivessem à margem do que era socialmente aceito, ou seja, que na visão do Estado eram filhos (as) de famílias não habilitadas para educar, “menores” que necessitavam de intervenção judiciária (RIZZINI, 2005). Portanto, “a análise das ideias e práticas vigentes na passagem do século levam a concluir que o acentuado interesse na criança pobre na época deve ser entendido como parte de um projeto essencialmente político. (RIZZINI, 2006, p.2).

A consciência de que na infância estava o futuro da nação na época estava associada à necessidade de manutenção da ordem e de criação mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho da disciplina e do trabalho. Era nesse sentido que se caracterizava o interesse pela infância pobre e abandonada. Refletia a preocupação existente com o futuro do país (RIZZINI, 2005).

A infância foi nitidamente criminalizada neste período e aos poucos o termo menor foi popularizado e incorporado na linguagem comum. Em 1920 realizou-se o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, onde a assistência e a proteção aos (as) menores abandonados (as) e aqueles (as) referenciados (as) como “delinquentes”, passou a ser debatida pela sociedade e teve como resultado, a aprovação do Código de Menores em 1927. Movimento nacional que consolidou Leis que tiveram por base, o dever do Estado em assistir menores, através de políticas de assistência e de proteção. (RIZZINI, 1995).

Para Custodio (2009), o Código de Menores de 1927, tinha como perspectiva amenizar o “incômodo social”, como forma de “limpar” a sociedade e assim surgiram os primeiros internatos para crianças como, por exemplo, o Asilo de Meninos Desvalidos, instituição que recolhia meninos de 06 a 12 anos e que tinha o dever de ensinar um ofício aos mesmos, sempre com o intuito de utilizar o trabalho infantil como instrumento de controle social da infância.

Segundo Faleiros (1995, p. 63), o Código de Menores “incorporou tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista” da época. No contexto do movimento de 1930, que culminou no processo de destituição do presidente Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas ao governo do país e posteriormente da instauração do golpe de 1937, o Brasil organizou suas primeiras políticas sociais, relacionadas atenções especiais à família e à infância. Em 1940, criou-se o Departamento Nacional da Criança, que afirmava a necessidade de proteção social ao que chamavam de “díade” materno-infantil ou relação/interação entre mãe e filho (a).

(ANDRADE, 2010). Em 1941 foi organizado o Serviço de Assistência à Menores (SAM), serviço de caráter correcional-repressivo, e que adotava internações, assemelhando-se a um sistema penitenciário. Logo em seguida, em 1943, foi aprovado o Decreto-Lei n. 6.026, de 24 de novembro de 1943, que dispunha sobre as medidas aplicáveis aos (as) menores de dezoito anos pela prática de fatos considerados infrações penais. Com a Constituição de 1946, aprovou-se a proibição do trabalho aos (as) menores de quatorze anos e instaurou-se a obrigatoriedade da assistência à maternidade, à infância e à adolescência (PEREZ; PASSONE, 2010).

Em 1949 os serviços de adoção passaram a ser regulamentados através da Lei n. 560 de 27 de dezembro de 1949 e em 1957, os serviços de adoção passam a ser administrados pelo Instituto de Adoção. Em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a criança passa a ser reconhecida internacionalmente como sujeito de direitos pela Organização das Nações Unidas (ONU). (PEREZ; PASSONE, 2010)

Em 1964, no cenário do Golpe Militar em substituição ao SAM, a foi instituído a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que passou a pressionar fortemente o governo para a garantia de direitos das parcelas mais marginalizadas da sociedade. Em 1968, o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), firmou acordo com o governo brasileiro para que o país assumisse formalmente o que era determinado pela Declaração Universal dos Direitos da Criança<sup>3</sup> (ANDRADE, 2010). Em 1970 foi criada a Comissão Nacional do Ano Internacional da Criança, que serviria de base para o Novo Código de Menores de 1979. O Novo Código de menores afirmava que toda criança e/ou adolescente, que de alguma forma agisse de forma contrária ao que era estabelecido pelo Estado, poderia ser privada de sua liberdade de ir e vir, bem como perder vínculos familiares e comunitários. Análise que mais uma vez, previa apenas a incapacidade de crianças e adolescentes em cumprir o que era imposto e mais uma vez, executava-se um modelo de sistema que não garantia ou reconhecia nenhum direito.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais, a partir da organização da sociedade contra a ditadura (1964 - 1988) e com o processo de construção da redemocratização

---

<sup>3</sup> Segundo Marcílio, **Declaração dos Direitos da Criança** foi proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 de novembro de 1959. Tem significativo e profundo impacto nas atitudes de cada nação diante da infância, tendo como base e se garantir a universalidade, objetividade e igualdade na consideração de questões relativas aos direitos da criança. A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução.

da sociedade e do Estado brasileiro, as reivindicações sociais se intensificaram, principalmente no ano de 1984 com o movimento das Diretas Já<sup>4</sup>. Fruto desses grandes movimentos, em 1988 a Constituição Federal foi regulamentada, tornando-se marco para a formulação de políticas públicas. (ANDRADE, 2010)

Assim, nasce uma das principais ferramentas que estabelece direitos sociais, a criação de políticas públicas voltada a ampliação e a efetivação de direitos tais como educação, saúde, trabalho, assistência social, proteção à infância e adolescência, bem como à assistência aos (as) desamparados (as)<sup>5</sup>. A partir da Constituição de 1988, a criança e o (a) adolescente, passam a ter prioridade no reconhecimento e na efetivação de direitos<sup>6</sup>.

## 2.1. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Em 13 de julho de 1990 sob a Lei 8.069, substituindo Código de Menores de 1979, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Enquanto resultado também do processo de reorganização e redemocratização da sociedade brasileira, o ECA cria condições de exigibilidade para que os direitos da criança e do adolescente sejam efetivados, criando aparentemente um compromisso de cuidado para crianças e adolescente que até então não possuíam reconhecimento concreto, tão pouco respaldo da sociedade. Assim, através de novas referências políticas, jurídicas e sociais, o ECA destina-se a implantação do sistema de garantias, assegurando e efetivando os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, através de políticas públicas de atendimento, promoção, proteção e justiça, sem haver exceções.

---

<sup>4</sup> "Diretas Já" foi um movimento político de cunho popular, que ocorreu de 1983 a 1984 e teve como objetivo a **retomada das eleições diretas** ao cargo de presidente da República no Brasil.

<sup>5</sup> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Constituição Federal 1988).

<sup>6</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição Federal 1988).



Composto por um conjunto de normas que garantem direitos fundamentais, exclui o caráter assistencialista corretivo e repressivo das ações socioeducativas até então estabelecidas e reconhece à condição de sujeitos de direitos das crianças e dos (as) adolescentes.

Estabelece também a sua condição peculiar de desenvolvimento de crianças e adolescentes, e os considerada prioridade absoluta na agenda das políticas públicas. Com o ECA, crianças e adolescentes, até então, marcados pelo conceito de “situação irregular” passam a ser considerados (as) sujeitos de direitos, transferindo a família, ao Estado e a Sociedade a garantia de direitos dessas crianças e adolescentes colocando-os (as) como prioridade máxima, a salvo de qualquer violação de direitos<sup>7</sup>. É considerado uma evolução na história da criança e do adolescente no Brasil, porém a efetivação e garantia de direitos preconizados no ECA permanecem sendo um desafio para a sociedade e o Estado. No entanto, sabemos que a realidade não tem sido tão revolucionária quanto parece ser este documento, portanto, pensar a efetividade do ECA e a quem o mesmo se destina faz-se necessário, pois assim como coloca SILVA (2005):

O Estatuto da Criança e do Adolescente criou dois tipos específicos de medidas para intervenções sócio jurídicas diferenciadas, ou seja, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e para adolescentes com prática de ato infracional (SILVA,2005).

Nesse sentido, o próprio ECA coloca crianças e adolescentes em grupos diferentes, garantindo o cuidado de uns e punindo outros. Os adolescentes em conflito com a lei seguem sendo sutilmente culpabilizados, um grupo de adolescentes está sendo menos cuidado do que o outro. Cabe também dizer que o ato infracional pode ser uma consequência das vulnerabilidades vividas por esses adolescentes e é através do ato infracional que percebe-se a contradição contida neste documento. Os adolescentes em conflito com a lei seguem sendo considerados em “situação irregular” assim como os nomeava o Código de Menores de 1979. Os avanços, principalmente em relação ao atendimento socioeducativo são inegáveis, comparados ao que crianças e adolescentes

---

<sup>7</sup> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA).

viveram até a elaboração do ECA, no entanto adolescentes em conflito com a lei seguem invisibilizados ou colocados à margem da sociedade pois são considerados infratores e não sujeitos de direito.

## 2.2. CONANDA e SINASE

A partir do novo olhar e da nova prática requerida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil busca superar um passado marcado pela exclusão social e pela punição desses sujeitos, firmando-se no valor da criança e do (a) adolescente como ser humano, considerando sua condição de pessoa em desenvolvimento. E compreendendo como necessário a esse movimento, trouxe também um novo olhar para a questão infracional.

O Brasil ocupa uma posição de vanguarda no ordenamento jurídico da problemática infanto-juvenil. Aprovou uma das leis mais avançadas do mundo – o Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto da participação popular sem precedentes na história da assistência à infância. A nova lei preconiza a garantia dos direitos básicos de crianças e adolescentes de qualquer origem social, com prioridade absoluta. (RIZZINI, 2009, p. 323).

Nesse contexto, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90, se estabelecesse o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e de composição paritária, que possui como pautas principais: prevenção e erradicação do trabalho infantil; proteção do trabalhador adolescente; a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes com deficiência; criação de parâmetros de funcionamento e ação para as diversas partes integrantes do sistema de garantia de direitos e o acompanhamento de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (CN) referentes aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil (BRASIL, 1990).

O CONANDA é integrado por 28 conselheiros titulares e 28 suplentes, sendo 14 representantes do Poder Executivo e 14 representantes de entidades não governamentais. Possui atuação em âmbito nacional na promoção e na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Destacam-se entre as principais competências do conselho a busca

pela integração e articulação entre os conselhos de diversas esferas (estaduais, distrital e municipais e conselhos tutelares, assim como dos diversos conselhos setoriais, órgãos estaduais e municipais e entidades não governamentais); acompanhamento institucional; oferecer subsídios e acompanhar a elaboração de legislação pertinente ao tema; promoção da cooperação entre organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais; convocar, a cada dois anos, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Desse modo, o Brasil torna-se um dos poucos países que prevê legalmente a constituição de conselhos paritários e deliberativos na área das políticas para crianças e adolescentes. Com o intuito de garantir os avanços contidos na legislação e contribuir para a efetiva cidadania dos adolescentes em conflito com a lei, o CONANDA busca cumprir seu papel normatizador e articulador, ampliando os debates e sua agenda com os demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos - SGD (SDH, 2017).

Em 2002 o CONANDA e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos com a intenção de avaliar a proposta de lei de execução de medidas socioeducativas realizaram encontros estaduais, regionais e um encontro nacional com juízes (as), promotores (as) de justiça, conselheiros (as) de direitos, técnicos (as) e gestores (as) de entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo. Como resultado desses encontros, acordou-se que seriam constituídos dois grupos de trabalho, a elaboração de um projeto de lei de execução de medidas socioeducativas e a elaboração de um documento teórico-operacional para execução dessas medidas. Surge então, a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, e no final de 2004 este documento é construído e se constitui em um guia na implementação das medidas socioeducativas (SDH-CONANDA, 2004).

O SINASE objetiva, portanto, o desenvolvimento de uma ação socioeducativa pautada nos princípios dos direitos humanos constituindo-se de uma política pública destinada à inclusão do (a) adolescente em conflito com a lei, através de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que apuram o ato infracional e estabelece como deve ser a execução de medida socioeducativa. As ações do SINASE são executadas tendo como base um Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, Diretrizes e Eixos Operativos, que expressa os marcos legais do Sistema

Socioeducativo, através de uma matriz de responsabilidades e seus eixos de ação (PNAS, 2017).

### 3. A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Como já afirmado anteriormente, a história carrega em si, importantes elementos para a compreensão do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Desse modo, seguimos apresentando os significativos marcos históricos que anunciaram a implementação do sistema de proteção social no nosso país, dado que foi de determinados movimentos que nos encaminhamos para a proteção integral da criança e do (a) adolescente.

Cabe apontar também, que a construção de um sistema de proteção social nasceu enquanto medida compensatória para regular e minimizar a injustiça social. Necessidade que surge enquanto resultado do avanço do capitalismo industrial (1930), dado que, como nunca antes visto, ampliou em muito a exploração da força de trabalho, o que, entre outros, agravou de modo determinante os níveis de desigualdade social. Níveis que ao longo do século XX, só fez aumentar a indignação da população brasileira frente às mazelas que vivenciaram, indignação que encaminhou o país para a organização de movimentos sociais que passaram a se mobilizar e requerer do Estado a derrubada de seu regime de desigualdade. É a partir da Constituição de 1988 que os Direitos Sociais passam a ter mais reconhecimento e é através desse processo que frentes de ações foram organizadas e divididas em: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, ações essas que compõem o Sistema de Proteção Social brasileiro e também chamado de tripé da Seguridade Social. É também a partir da Constituição de 1988 que a Assistência Social passa a ser considerada uma política pública e é organizada a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

É a partir da LOAS que também se institui o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que além de normatizar e regular serviços relacionados as políticas sociais, tem como competência aprovar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Através da LOAS é definido o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão descentralizada dos serviços socioassistenciais, no sentido de promover a proteção principalmente a família, à infância e à adolescência. (Lei 8.742, Art. 2º, inciso I)

A LOAS, em seu Art. 6<sup>a</sup>-A, divide a Assistência Social de duas maneiras, de acordo com o tipo de proteção: básica e especial. Os serviços de proteção básica, destinados a prevenção da vulnerabilidade e risco social bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, são ofertados e articulados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os serviços de proteção especial, aqueles destinados aos indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, são ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Tanto o CRAS quanto o CREAS estão ligados às demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. A LOAS também institui serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) através dos CRAS e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos CREAS, ambos com a finalidade de garantir direitos dos (as) usuários (as), através do acompanhamento, sendo também uma maneira de conhecer os (as) usuários (as) e trazer visibilidade aos (as) mesmos (as). Nesse sentido, é através da Lei Orgânica da Assistência Social que normas e critérios para organização da assistência social são estabelecidos, afirmando-a como um direito através da definição de leis, normas e critérios objetivos (LOAS).

#### 4. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Medidas socioeducativas correspondem ao conjunto de ações que são realizadas no âmbito do poder público a partir da ocorrência de conflito com a lei. São medidas aplicáveis a adolescentes, entre 12 e 18 anos, autores (as) de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do ECA. Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo (ECA).

São medidas que compõem um grupo de políticas públicas destinadas à criança e ao (a) adolescente, que cumpre tal qual a pena criminal e o papel de controle social, “procurando evitar a prática de novos atos infracionais e ao mesmo tempo diminuir a vulnerabilidade do próprio adolescente infrator (a) ao sistema tradicional de controle”. (SPOSITO, 2003, p. 106).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as políticas públicas destinadas à criança e ao (a) adolescente se dividem em 3 segmentos: 1. Políticas Sociais Básicas como: saúde, alimentação, habitação, educação, esporte, lazer, profissionalização e cultura, definidas no artigo 4º do ECA; 2. Políticas de Proteção Especial, como: orientação, apoio e acompanhamento temporários, regresso escolar, apoio sócio familiar e manutenção de vínculo, necessidades especiais de saúde, atendimento a vítimas de maus tratos, tratamento de drogadição, renda mínima familiar, guarda subsidiada e abrigo), conforme os artigos 101, 129, 23 - parágrafo único e artigo 34 do ECA; 3. Políticas Socioeducativas, que podem ser: de Prestação de Serviços à Comunidade; Liberdade Assistida; Semiliberdade e ou Internação, descritas a partir do artigo 112º do ECA.

A partir da integralização destas políticas, caracteriza-se a concepção de proteção integral de atendimento às crianças e adolescentes, assim como afirma o artigo 86 do ECA:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1990).

A construção das políticas socioeducativas se dá através da participação popular, assim como estabelece o ECA, por meio dos Conselhos representativos e mediante a utilização dos Fundos da Criança e do Adolescente, bem como orientações acerca dos passos que devem ser adotados pela administração pública e pela sociedade civil organizada para a construção do Sistema de Garantia de Direitos (ECA, art. nº 88).

Como visto anteriormente, as medidas socioeducativas podem ser de Prestação de Serviços à Comunidade; Liberdade Assistida; Semiliberdade e ou Internação. Tendo em vista a vivência em campo de estágio será reforçado neste “artigo” as medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade que está prevista no artigo nº 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente e é cumprida em meio aberto. Consiste na atribuição de tarefas ao (a) adolescente, gratuitas, de interesse geral, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, bem como em programas comunitários ou estatais.

A prestação de serviços à comunidade, é integrada por ações do Poder Público e da comunidade em geral, ou seja, um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, possui tempo limitado para sua execução (6 meses) sendo o tempo estipulado proporcional ao ato infracional praticado. A aplicação das medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade depende exclusivamente do Juiz da Infância e Juventude, mas em sua operacionalização recomenda-se um programa de atendimento que articule ações governamentais e não governamentais visando a construção de uma rede socioeducativa eficaz.

Os programas socioeducativos em meio aberto reforçam ações de descentralização política e administrativa, já que cabe aos municípios a formulação e a execução das medidas, através do reconhecimento de que é no âmbito local e comunitário que estão mais presentes as possibilidades de reinserção social dos (as) jovens. (Guia Teórico Prático de Medidas Socioeducativas, 2007).

Nesse sentido, tem papel fundamental no apoio aos (as) adolescentes em conflito com a lei no enfrentamento do estigma da sociedade e de sua própria comunidade, pelo fato de ter cometido um ato infracional. Essa medida também possui um forte caráter pedagógico através do desenvolvimento de atividades que se adequem às habilidades e interesses dos (as) adolescentes.

Desse modo, a elaboração de Planos Individualizados de Atendimento, permite traçar o perfil destes (as) adolescentes, bem como suas potencialidades e necessidades dentro do cumprimento das medidas socioeducativas. É um instrumento que possui como base informações e dados objetivos vindos dos (as) próprios (as) adolescentes e não apenas considerações e impressões pessoais dos (as) técnicos (as) sobre a personalidade do (a) adolescente. (Guia Teórico Prático de Medidas Socioeducativas, 2007).

As medidas de PSC podem também constituir se em uma porta de entrada para o mercado de trabalho, porém, para esses casos, somente poderá ser aplicada aos (as) adolescentes que tenham entre 14 (quatorze) e 21 (vinte e um) anos conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo claro em seu artigo 112, parágrafo 2º, ao dispor que em hipótese alguma e sob pretexto algum será admitida a prestação de trabalho forçado por crianças e adolescentes. Essa afirmação se consolida também através das Leis Trabalhistas. Vale dizer que:

Sendo a PSC uma sanção, uma penalidade imposta ao adolescente infrator, não cabe falar em direitos trabalhistas e previdenciários ao socioeducando prestador de serviços, como previsto no artigo 227, §3º, inciso II da Constituição federal. (Guia Teórico e Prático de medidas socioeducativas, 2007, p. 162).

Desse modo, quando se fala na execução da PSC pelo (a) adolescente, são firmadas parcerias geralmente com escolas; universidades públicas ou privadas; centros de educação infantil; centros comunitários; hospitais; asilos; conselhos de políticas setoriais; conselhos tutelares; juizados da infância e juventude e empresariado local. Na garantia de seu caráter socioeducativo, é a aptidão do (a) adolescente que deve ser primordialmente levada em conta, excluindo possíveis serviços e ocupação constrangedora ou vexatória ao adolescente. Portanto, a PSC intenta evitar o afastamento do adolescente de seu convívio social, comprometer-se com o fortalecimento de vínculo familiar, contribuir para a ressocialização do (a) adolescente e se organiza para que os serviços de fato tenham seu caráter educativo garantido.

#### 4.1. ATO INFRACIONAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

O Ato infracional é considerado o ato de desrespeito às leis, à ordem e a sociedade cometido por crianças ou adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente define em seu artigo 103º que “ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Embora essa prática seja descrita como crime, considera-se o fato de não existir a culpa em razão da imputabilidade penal (a qual somente se inicia aos 18 anos) portanto não será aplicada a pena às crianças e aos (as) adolescentes, apenas medidas socioeducativas. (AQUINO, 2012).

De toda forma, sabemos que os atos infracionais ainda estão preconceituosamente ligados a determinados grupos e segmentos sociais da sociedade que possuem uma realidade mais expostos aos ambientes de criminalidade e violência, como crianças e adolescentes negros (as) e pobres. Outros dados podem exemplificar essa afirmativa, como afirma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014): os negros compõem a maioria da população brasileira, 52,9%, no entanto, ganham menos da média do país,



que é R\$ 1.012,25. Entre os negros, a média de renda familiar *per capita* é 753,69, os brancos têm renda média de R\$ 1.334,30. O desemprego é maior entre os pretos (7,5%) assim como a taxa de analfabetismo é 11,2% (IBGE, 2014). Por fim e não menos relevante, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, 61,6% da população carcerária do Brasil é composta por negros (DEPEN, 2016). Nesse sentido, cabe refletir que:

A produção dos excluídos e dos infratores pode ser entendida também pela herança comportamental aprendida com membros mais próximos das comunidades em que a prática do que é considerado crime tem outra valoração, que muitas vezes tendem a impulsionar a violência como uma mola propulsora. (FRANCISCO; MARTINS, 2014, p. 285)

No campo da Assistência Social, pode-se definir esse processo através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que determina o conceito de vulnerabilidade social àqueles indivíduos que vivem em situação de pobreza ou privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) ou mesmo que tenham fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social – discriminação etária, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras. (Secretaria de Desenvolvimento Social, 2017).

De todo modo, ao falarmos em vulnerabilidade social, nos deparamos com muitos conceitos, utilizados por diversas áreas de conhecimento. Para ABRAMOVAY (2002) por exemplo, vulnerabilidade social é a situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades delas para determinados atores sociais.

Compreendo, portanto, que mais do que um conceito que justifique uma condição, vulnerabilidade social pode ser tida como o resultado de um processo de vulnerabilização. Processo este, dentro de suas definições, que não está ligado apenas às questões relacionadas a pobreza necessariamente. Em nossa sociedade, que é dominada pela lógica capitalista, existem diversas formas de invisibilizar e vulnerabilizar um indivíduo, indo desde as questões de raça e etnia até questões de gênero e orientação sexual.

Segundo Luiz Eduardo Soares (2008), o conceito de “Invisibilidade Social” refere-se aos indivíduos socialmente invisíveis. Invisibilidade esta que atinge basicamente as minorias sociais e grupos que estão à margem do que é determinado pela sociedade como correto. Tais indivíduos fazem parte da sociedade, mas não completamente de sua dinâmica pois de alguma forma sua condição social, raça e/ou gênero lhe impedem de participar igualmente as outras parcelas da população.

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. [...]no caso deste nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre a ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. (SOARES, 2008, p. 165).

Neste mesmo contexto, o (a) adolescente em conflito com a lei é estigmatizado pelo ato infracional cometido, o que lhe impede muitas vezes de viver socialmente como qualquer outro adolescente o que reforça também o processo de vulnerabilização, em sua maioria, vivido por esses indivíduos. Segundo o ECA, em seu Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Deveres esses que amenizariam tais processos de exclusão, porém, é evidente que tanto o Estado e a sociedade ainda têm se ausentando nos processos educativos voltados à formação intelectual, à cidadania e à prevenção das infrações (FRANCISCO e MARTINS, 2014).

Nesse sentido, cabe problematizar e compreender o processo de culpabilização e de invisibilidade sofrida por esses (as) adolescentes em conflito com lei. Essa problemática surge a partir da vivência durante o período de estágio obrigatório e passa a ser questionada a partir do momento que pareceu não se encaixar com o que compreendo como finalidade das medidas socioeducativas, que possui função educativa e não punitiva, tão pouco, a meu ver, deve contribuir com o ciclo de culpabilização desses (as) adolescentes ou da própria família.

Assim como assegura o ECA, à criança e ao (a) adolescente é conferida a prioridade constitucional que deve ser assegurada pela família, pelo Estado e Sociedade conjuntamente, nesse sentido, considero necessário refletirmos como nossa sociedade influencia diretamente no contexto dos (as) adolescentes em conflito com a lei. Mas as minhas considerações sobre o contexto, serão melhor contempladas mais à frente, em minhas considerações finais, visto que antes é preciso ainda anunciar o lugar onde construímos essas percepções, visto que acreditamos que o contexto do território tem muito a anunciar sobre uma determinada realidade.

#### 4.2. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO CONTEXTO DO LITORAL DO PARANÁ

O Litoral do Paraná é formado por sete municípios (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná). Um lugar de praias, Ilhas, matas nativas, Sambaquis históricos, culturas tradicionais. Um território com uma biodiversidade incrível que apresenta a maior extensão de mata nativa do estado do Paraná. Se não bastasse tamanha riqueza, a região conta a história da origem do Estado, através dos registros históricos da habitação de seus primeiros habitantes. (MARANGON; AGUDELO, 2004, in LOPES, 2014).

Segundo Mirian Lopes (2014), a realidade do litoral está diretamente atrelada a aspectos sócio-políticos, socioeconômicos, sócio históricos, sócio territoriais e socioculturais da história das origens do estado do Paraná. Contradições e drásticas diferenças de condições de vida, são desenhadas nesse território, que apresenta uma das regiões de maior desigualdade de todo o território nacional. A exemplo disso, podemos contextualizar que apesar de ser o local de maior densidade turística do estado apresenta também um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano.

Ainda segundo a autora, é preciso contextualizar os elementos territoriais que podem potencializar uma tradução mais efetiva, com relação aos aspectos da vida em uma determinada sociedade. Dado essa afirmativa, seguiremos apontando que a população local vivencia uma realidade configurada por: falta de oportunidade de trabalho e renda, ocupação urbana desenfreada, solo de baixa fertilidade, falta de fiscalização, pouca orga-

nização popular, sem falar que uma parte significativa da população litorânea mora em áreas em beiras de canais, orlas e próximas aos morros e falta de saneamento básico ainda é uma realidade em vários municípios.

Para esta pesquisa, faz-se um recorte do município de Pontal do Paraná, que se enquadra no contexto da realidade do litoral, já colocada anteriormente, onde cabe demonstrar outro aspecto relevante que é a sazonalidade do trabalho no litoral, que influencia diretamente no modo de vida da população, uma vez que a dinâmica de emprego e renda se concentram nos meses de alta temporada, o que de certa forma não reverte benefícios a população permanente.

A sazonalidade impõe um forte déficit de empregos formais vis-à-vis a população economicamente ativa, sobretudo nos períodos de baixa temporada, acarretando problemas sociais os mais diversos. (TINTI, HOROCHOVSKI E JOUCOSKI, 2011). Por ser uma região balneária, a dinâmica econômica nestes locais se altera, visto a grande quantidade de turistas, movimentando, principalmente, os meios relacionados ao turismo.

Cabe reforçar que a sociedade contemporânea é fortemente marcada pela desigualdade e pela pobreza, bem como por fortes expressões da “questão social”, advindas das contradições do sistema capitalista frente a questão social. Realidade onde o crescimento da produção capitalista, culmina na elevação do número de pessoas que vivem à margem da sociedade, processo que torna cada vez mais indissociável, visto que onde há grande acumulação de capital através da exploração dos (as) trabalhadores (as), haverá uma massa excluída, explorada, insegura e altamente violentada. (NETTO, 2001). Nesse contexto, cabe refletir que as desigualdades sociais resultantes do baixo desenvolvimento da região favorecem a marginalização e exclusão social de adolescentes, considerando o contexto do ato infracional e a realidade que os adolescentes em conflito com a lei estão, em sua maioria, inseridos. Segundo afirma Marcílio (2006), a falta de acesso aos bens de consumo e de sobrevivência, pode por consequência ser vinculado a questão da criminalidade e da violência, restringindo a ascensão social e contribuindo para um estado de exclusão contínua. (MARCILIO, 2006).

De acordo com Levantamento Anual SINASE 2017, que faz uma análise sobre os atendimentos socioeducativos do ano de 2014, 24.628 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) encontravam-se em restrição e privação de liberdade no Brasil, com maior incidência de atos infracionais relacionados ao roubo (44%) e ao tráfico de drogas (24%). Quanto

aos (as) adolescentes acompanhados (as) no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), no mesmo ano, o número chegava a 67.356. Considerando a relevância para esta pesquisa, cabe destacar os dados quanto a execução de medidas socioeducativas na modalidade PSC no Brasil, que registrou 33.636 acompanhamentos com destaques para as regiões Sul e Sudeste que registraram 11.240 e 10.730 acompanhamentos respectivamente. Ainda de acordo com este levantamento, as regiões Sul e Sudeste registraram as maiores médias de atendimento a adolescente em cumprimento de MSE em Meio Aberto nos CREAS, passando de 20 atendimentos por mês. (LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2014. Brasília, 2017). Quanto a Pontal do Paraná, município foco desta pesquisa, em levantamento realizado durante o período de estágio, no CREAS Pontal, verificou-se que desde 2012, quando se iniciou o atendimento de medidas socioeducativas no município, até maio de 2016, foram realizados 258 atendimentos de adolescente para cumprimento de MSE na modalidade PSC. De janeiro a junho de 2017, em Pontal do Paraná, 10 adolescentes concluíram o cumprimento das MSE, 6 não aderiram as medidas e aos serviços ofertados e 4 estão em cumprimento de MSE de prestação de serviço à comunidade. Em relação aos atos infracionais mais significativos, identificou-se os dados relacionados ao roubo e ao tráfico de drogas, informações que seguem a mesma lógica dos dados nacionais, onde 44% do total de atos infracionais em 2014 foram classificados como análogo a roubo, e 24% foram registrados como análogo ao tráfico de drogas. (LEVANTAMENTO ANUAL SINASE – 2017.)

## 5. METODOLOGIA

A construção desta pesquisa se dá, principalmente, a partir de diversas reflexões quanto o trabalho do (a) Assistente Social frente as medidas socioeducativas. Considerando o espaço na divisão sócio técnica do trabalho que a profissão ocupa, para diversos (as) autores (as), a atuação profissional dos (as) assistentes sociais está determinada por sua condição de assalariado e pela relação capitalista em seu exercício profissional, muitas vezes não dispondo de autonomia em sua execução. Para que a atuação do (a) Assistente Social possa alcançar seus objetivos, suas atribuições são regulamentadas através da Lei N° 8.662, de 7 de junho de 1993 (Regulamentação da Profissão) que dispõe quan-

to ao que é ou não função do assistente social e é a partir dessa compreensão que cabe pensar a importância da possibilidade de ser mais autônomo em sua atuação. Além de contribuir para a efetivação de direitos, o assistente social tem papel fundamental para a visibilidade e emancipação dos sujeitos. Iamamoto (2001), nos faz refletir sobre a necessidade da apropriação dos espaços ocupacionais, buscando e reforçando a identidade profissional do assistente social, mas tendo como desafio principal a realização efetiva do projeto ético-político do serviço social.

No contexto das Medidas Socioeducativas, o assistente social possui atribuições mais específicas relacionadas a esta área de atuação, onde desde o primeiro contato com o(a) adolescente e sua família, até a elaboração de relatórios e estudos de caso, bem como a articulação do trabalho em rede, se efetiva na medida em que as demandas relacionadas ao ato infracional e seus desdobramentos são identificados e para isso é necessária uma atuação profissional criativa e propositiva, evitando assim um estancamento dos dispositivos postos pela metodologia, limitando assim sua atuação profissional. (ARRUDA; PINTO 2013). Nessa pesquisa, portanto, intenciona-se compreender como os (as) assistentes sociais percebem a importância de sua atuação profissional, limites e desafios para o desenvolvimento efetivo do atendimento aos (as) adolescentes bem como se reconhecem no espaço que atuam.

Para esta análise, foi elaborado um questionário com 14 questões, sendo 12 delas abertas e 2 fechadas. Questões elaboradas com a intenção de deixar claro a fala dos assistentes sociais e se possível, identificar o perfil dos adolescentes que cumprem MSE no município. A escolha por uma pesquisa, sobretudo qualitativa, foi pautada em Minayo (2001), buscando, analisar o universo de significados, crenças, valores e atitudes, através de um olhar mais profundo e que dificilmente poderá ser compreendido se focarmos somente na operacionalização de variáveis. Foram escolhidos os (as) Assistentes Sociais do município de Pontal do Paraná como sujeitos desta pesquisa, considerando que no município foi realizado o Estágio obrigatório e onde houve o primeiro contato com os adolescentes em cumprimento de MSE.

## 6. RESULTADOS

Foram encaminhados 10 questionários, obtendo retorno de 4 deles. Considerando que os questionários foram respondidos por profissionais que atuam ou atuaram diretamente com MSE no município e que através da pesquisa não foi possível ampliar a análise, é importante ressaltar que:

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 2001, p.43)

Através da exploração dos questionários vários indicativos puderam ser interpretados. Partindo do entendimento dos (as) assistentes sociais sobre medidas socioeducativas e sua finalidade as respostas reforçam o caráter educativo e não punitivo das MSE, bem como compreendem a importância dessas medidas para a ressocialização, reconstrução e possibilidade de novas perspectivas de vida para esses (as) adolescentes. Consideram que o (a) assistente social tem papel de mediador (a), contribuindo com os (as) adolescentes através de orientações e os (as) acompanhando, com a contribuição do (a) próprio (a) adolescente e de sua família para que sua atuação seja efetiva, resposta presente em todos os questionários validados. De acordo com os profissionais, o município de Pontal do Paraná possui o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 7º da Lei 12.594/2012, porém o mesmo não está sendo executado. Atualmente o mesmo está sob responsabilidade da Secretaria de Cidadania do Município. A não execução do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo é um obstáculo imenso para a efetividade das medidas pois se trata de um planejamento construído coletivamente e que é adaptado a realidade do município e que considera também o contexto dos (as) adolescentes do local. Quanto as medidas socioeducativas contribuírem para reinserção social dos (as) adolescentes, duas considerações puderam ser observadas: a primeira, que considera que as MSE "podem contribuir, mas quando há um esforço da família em aderir ao programa" e a segunda que considera que as MSE "deveriam contribuir para a reinserção dos (as) adolescentes, porém não há comprometimento da gestão do

município para ações mais efetivas”. Constatou-se através das respostas que há casos de reincidência no ato infracional e a necessidade de cumprimento de novas medidas, sendo o tráfico e o uso de drogas os principais motivos desta reincidência. Com as respostas do questionário constatou-se que adolescentes em cumprimento de MSE no município são em sua maioria, pretos (as) e pardos (as) e na faixa etária de 14 a 18 anos. Por fim, para o questionamento sobre a efetividade das MSE em Pontal do Paraná observa-se a partir da fala de um Assistente Social que “o cenário político atual no município não é acolhedor para com as demandas sociais, mas o possível tem sido feito pelos (as) profissionais”, mas que de alguma forma a família também contribui para o desenvolvimento efetivo das MSE no município, já que o cumprimento da medida depende do adolescente e da presença da família durante todo o acompanhamento.

A partir destas considerações, foi possível perceber duas principais dificuldades no desenvolvimento do trabalho do (a) assistente social no Município. A gestão de Pontal do Paraná é a primeira delas, afirmativa que vai ao encontro com as observações feitas durante o estágio obrigatório. Falta de equipe mínima nos equipamentos, estrutura e espaço limitado para desenvolvimento do trabalho e pouca eficiência da gestão foram dados como os maiores obstáculos para a efetivação da atuação junto as medidas socioeducativas, acarretando também na sobrecarga dos (as) profissionais o que resulta na demora do início e conclusão dos atendimentos. A falta de novos locais e projetos para o desenvolvimento das MSE é uma dificuldade recorrente. No entanto, assim como exposto, há empenho dos (as) assistentes sociais em desenvolver um trabalho com resultado efetivo e na busca de melhores condições em seu espaço de atuação. Como relatado no questionário, há diálogo em rede, há discussão através de reuniões, os (as) profissionais se posicionam e compreendem a importância de sua atuação para ao atendimento socioeducativo e seu papel de mediador. É, então, através dessa atuação propositiva que se torna possível reconhecer os sujeitos e os espaços que eles ocupam, ação necessária dentro da atuação dos (as) assistentes sociais frente as medidas socioeducativas para de fato garantir que direitos sejam efetivados.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho revelou-se um grande desafio pessoal, pois almejava respostas que de alguma forma não poderiam ser expostas em um questionário, mas de algum modo questões que ainda passam ignoradas puderam ser colocadas. O contato com os adolescentes, os breves diálogos me fascinaram, pois, esses sujeitos são cheios de vida, de luta e ao contrário do que pensava, tem plena consciência de seu papel e o não reconhecimento dele dentro da sociedade. De todo modo, a estatística mais uma vez se confirmou, as MSE no município são destinadas em sua maioria aos (as) jovens pretos (as) e pardos (as). Ser jovem e negro (a), é fazer parte de outra realidade, é estar a margem da sociedade e no município de Pontal do Paraná os dados obtidos, confirmam e seguem a realidade do cenário do Brasil, país onde todo ano 23,1 mil jovens negros (as) de 15 a 29 anos são assassinados (as). São 63 por dia, 1 a cada 23 minutos (CPI ASSASSINATO DE JOVENS do relator Lindbergh Farias). Cabe lembrar também, que os atos infracionais e os casos de reincidência as MSE em sua maioria estão relacionados ao narcotráfico, mercado que movimenta nacionalmente R\$ 15,5 bilhões ao ano e segundo a ONU envolve um em cada quatro adultos no mundo. Ter envolvimento com o tráfico não está relacionado necessariamente a oportunidade de escolha.

O envolvimento com o tráfico faz parte de um ciclo na vida de adolescentes que dificilmente pode ser rompido, principalmente quando a vida do (a) adolescente se constrói dentro deste contexto. A realidade dos (as) adolescentes em conflito com a lei, precisa para além da discussão, tornar-se visível tanto para Sociedade quanto para o Estado. Uma vez que estes são os principais responsáveis por estigmatizar estes (as) adolescentes através dos atos infracionais e todos os elementos que o compõe, bem como por dividi-los (as) em dois grupos dentro de nossa sociedade: os que são e os que não são vistos. Um está sendo mais cuidado que outro. É nesse sentido que mesmo após um histórico processo de construção da garantia e efetivação de direitos das crianças e do (a) adolescentes no Brasil que, a meu ver, nos contradizemos.

Gostaria de ter respostas concretas que pudessem abrir caminho para a atuação efetiva do (a) assistente social nesta realidade, mas este trabalho demonstrou que nem sempre a resposta é facilmente alcançada. A falta de tempo e pouca experiência na área foram as justificativas para a não contribuição de alguns (umas) profissionais nesta pes-

quiza, o que se tornou mais um ponto de reflexão: quais são as condições oferecidas para garantir o trabalho do (a) assistente social em Pontal do Paraná? Na busca pela garantia de direitos, o (a) profissional também precisa ser respaldado, tendo condições e meios de desenvolver plenamente seu trabalho, o que inclui desde um equipamento com estrutura para um bom acolhimento, até a contratação de equipe mínima para a atuação sem sobrecarga de funções. Mais do que responsabilizar e contribuir para a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, através do trabalho socioeducativo o (a) assistente social tem condições de trazer visibilidade a esses (as) adolescentes, passo fundamental para o reconhecimento desses sujeitos dentro da sociedade. Os (as) adolescentes não são iguais, o ato infracional os (as) coloca no mesmo degrau, mas a realidade de cada um é muito diferente. Perceber isso pode mudar a maneira como o trabalho socioeducativo é realizado, trabalho que por diversos momentos deixa de cumprir seu papel educativo e passa a culpabilizar sujeitos que em sua maioria são vítimas de uma sociedade que pouco os (as) enxerga. Busco nesta conclusão demonstrar o que aprendi durante meu processo de graduação e foi a resposta maior que este trabalho me proporcionou. Mais do que ser ético (a) e sensato (a), possuir todo o conhecimento e instrumentos suficientes para a efetivação de seu trabalho, considero necessário ter um olhar mais sensível ao outro, estar aberto para interpretar o que está além da condição de "infrator (a)". O papel do (a) assistente social, frente as medidas socioeducativas, se concretiza no momento em que ele abre a possibilidade desses (as) adolescentes terem visibilidade amenizando o estigma que sobre esses sujeitos é colocado.

Não compreendo ao certo o papel exato deste trabalho, mas me satisfaço no sentido de que ele se tornou um instrumento para pensar e repensar como será minha atuação quanto assistente social, já que me permitiu contemplar questões que ainda seguem ignoradas. Que ele seja instrumento para que possamos perceber a realidade do trabalho dos (as) assistentes sociais no litoral do Paraná, o quanto a fragilidade socioeconômica da região reflete na limitação da instrumentalidade profissional, e por consequência dificulta o processo de trabalho e a efetivação dos direitos desses adolescentes. Cabe também dizer que o cenário político do município é crítico e um dos grandes obstáculos para o assistente social, visto que não acolhe com eficácia as demandas sociais.

Outra questão importante é a sociocultural, onde a responsabilização da família por este processo é muito comum, assim como a reprodução de pensamentos desconectados da

realidade vivenciada por esses adolescentes. Conjuntura de limitações para esses sujeitos e para a atuação do assistente social é irreal. De qualquer forma, em meio a tantos limites, que jamais se perca a sutileza no olhar e que a busca por uma sociedade mais igualitária seja alimento para a luta pela efetivação e garantia de direitos.

“É “nóis” e nesse “nóis” não existe um porem. “Nóis” e se não for “nóis” não vai ser ninguém.” (EMICIDA, 2013)

## 8. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: Unesco; BID, 2002. 192 p.

AGUILAR, M. J. & ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

AQUINO, Leonardo Gomes de. **Criança e adolescente: o ato infracional e as medidas socioeducativas**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr. 2012. Disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11414](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11414). Acesso em: 12/05/2017.

ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acessado em maio de 2017.

ARRUDA, Daniel P. e PINTO, Patrícia da Silva; O trabalho do Assistente Social na medida socioeducativa de internação: práticas e desafios; III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/O%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE>

%20SOCIAL%20NA%20MEDIDA %20SOCIOEDUCATIVA%20DE%20INTERNA%C3%87%C3%83O.pdf.

BRASIL, **Departamento Penitenciário**. Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/>. Acesso em: 15/09/2017.

BRASIL, Decreto-Lei nº 6.026, de 24 de novembro de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6026-24-novembro-1943-416164-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25/05/2017.

Brasil. [Estatuto da criança e do adolescente (1990) ]. Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL, **Lei nº 560**, de 27 de dezembro de 1949. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=40468>. Acesso em: 26/05/2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso: 01/06/2017.

BRASIL, **Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas**. ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância 2007.

BRASIL, **Lei nº 8742**, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm). Acesso em: 25/06/2017.

BRASIL, **Lei nº 12.594**, de 18 DE janeiro de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso em: 01/06/2017.

CRIOLO. Cartão de Visita. In: **Convoque seu Buda**. São Paulo: Oloko Records, 2014. Disponível em: <https://genius.com/Criolo-cartao-de-visita-lyrics>. Acesso em: 23/08/2017.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista**. In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999

CONSELHO, **Nacional dos Direitos da Criança. Resoluções**, junho de 1993 a setembro de 2004. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. 200p.

CONSELHO, **Nacional dos Direitos da Criança. Ministério dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>. Acesso em: 30/05/2017.

CPDOC, FGV. **Diretas Já**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 24/07/2017.

CPDOC, FGV. **O Golpe do Estado Novo** (Verbetes). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>. Acesso em: 24 jul. 2017.

CPDOC, FGV. **Revolução de 1930**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>. Acesso em: 24 jul. 2017

EMICIDA. Noiz. In: O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013. Disponível em: <https://genius.com/Emicida-noiz-lyrics>. Acesso em: 26/08/2017.

FALEIROS, V. P. **Infância e processo político no Brasil**. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). *A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995. p. 49-98.

FRANCISCO, Julio Cesar; MARTINS, Marcos Francisco. Adolescentes em privação de liberdade na Fundação Casa – Sorocaba, SP: ato infracional e processo educativo. *Série-Estudos UCDB*, Campo Grande, n. 38, p. 183-201, jul. /dez. 2014. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/741/665>>. Acesso em: 20/06/2017

[FRANCISCO, Julio Cesar](#); [MARTINS, Marcos Francisco](#). **Perspectivas da Educação Não Escolar no Trato com Jovens Infratores**. *Educ. Real*. [online]. 2017, vol.42, n.1, pp.283-297. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362017000100283](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000100283). Acesso em: 18/06/2017

FREITAS, M. G; TEIXEIRA, S.M., **A assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social em Teresina**. IN: *Anais Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/historicodapoliticaeassistenciasocial.pdf> . Acessado em: 20 de julho de 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

IAMAMOTO, M.V. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Trajetórias e desafios. XVIII Seminário Latino Americano de Escuelas de Trabajo Social. San José, Costa Rica, 2004.

IAMAMOTO, M.V. **A política nacional de fiscalização do exercício profissional e os espaços ocupacionais: avanços e desafios**, no XXX Encontro Nacional do CFESS-CRESS, Belo Horizonte, MG, 2001. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente**

**social em questão.** Brasília: CFESS, 2012b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 30/06/2017

**LOPES, Mirian** Cristina. Cultura Política no **Litoral do Paraná**: a UFPR-litoral e as Águas de Marçó. Curitiba: Mestrado em Sociologia da UFPR, **2014**.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira no século XX**. Revista USP, São Paulo, Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo, n. 37, mar./abr./ maio 1998.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MUUSS, R. E. **Teorias da Adolescência**. Belo Horizonte, MG. 1976.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da "questão social"**. Temporalis, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

NETTO, José Paulo A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em **Serviço Social e política social: Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999.

PEREZ, José Roberto Rus and PASSONE, Eric Ferdinando. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2010, vol.40, n.140, pp.649-673. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>.

POLETTTO, L.B. . **A (des) qualificação da infância: a historia do Brasil na Assistência dos Jovens**. In: IX ANPED Sul, 2012, Caxias do Sul. ANPED Sul, 2012.

RIZZINI, Irene. **Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX**. In *Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 2006, São Paulo (SP) [online]. 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100019&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100019&lng=en&nrm=iso)> . Acessado em: 09 de agosto de 2017.

RIZZINI, I. **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995. p.99-168.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”)** Idéias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: Anais IIº Encontro FrancoBrasileiro de Psicanálise e Direito, 2005, disponível em <http://www.ciespi.org.br/publicacoes/artigos>, acesso em: 05/05/2017.

SECRETARIA, de Desenvolvimento Social. **Proteção Básica**. Disponível em: [http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia\\_basica](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_basica). Acesso em: 28/05/2017.

SOARES, L. E.; BILL, MV; ATHAYDE, C. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2008.

SPOSATO, K. B. **O Direito Penal Juvenil no Estatuto da Criança e do Adolescente**, Faculdade de Direito da USP, 2003.



TORRES, L. H. **A casa da roda dos expostos na cidade do Rio Grande**. Rio Grande, 2007.

## 9. ANEXOS

### ANEXO 1

#### QUESTIONÁRIO MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

- 1) O que você entende por medida socioeducativa? Para você, qual sua finalidade?
- 2) Como você compreende o papel do assistente social frente aos adolescentes em conflito com a lei?
- 3) Você conhece o SINASE? O seu município possui Plano Municipal (decenal) de Atendimento Socioeducativo?
- 4) Quais os critérios, se existirem, utilizados para “escolher” a instituição em que o adolescente cumprirá a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade?
- 5) Você acredita que em seu município as medidas socioeducativas a contribuem para a reinserção desses adolescentes ao convívio social?
- 6) Em relação a cor da pele, você diria que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei acompanhados em seu equipamento são:  
☐ Brancos  
☐ Negros  
☐ Pardos  
☐ Amarelos  
☐ Indígenas
- 7) Qual a faixa etária desses adolescentes?  
☐ 12 a 14 anos  
☐ 15 a 16 anos  
☐ 17 a 21 anos
- 8) Há reincidência desses adolescentes no ato infracional? Se sim, quais fatores você considera que contribuem para essa reincidência?
- 9) Existem limites para o desenvolvimento do trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa?

- 10) Geralmente quais são as atividades realizadas por esses adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa?
- 11) Considera que as “atividades” desenvolvidas pelos adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa são de fato de caráter educativo e não punitivo?
- 12) Esses adolescentes são acompanhados durante todo o cumprimento da medida socioeducativa?
- 13) Há algum tipo de acompanhamento após o cumprimento da medida socioeducativa?
- 14) Em seu município o cumprimento das medidas socioeducativas tem sido efetivo?